



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Assunto: Programa de Controle de Emissões Veiculares - Diesel

GRSP-412107

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE I.C. nº 095107

**CONSIDERANDO** que a emissão de poluentes por veículos automotores, notadamente aqueles utilizadores de óleo diesel, são responsáveis por considerável parcela de deterioração da qualidade do ar da cidade de São Paulo;

**CONSIDERANDO** que é inegável o impacto dos poluentes veiculares sobre a saúde humana, os quais estão associados a aumentos significativos de admissões hospitalares e à mortalidade por doenças respiratórias e cardiovasculares;

**CONSIDERANDO** que a Resolução n 315, de 29 de outubro de 2002, que dispõe sobre a nova etapa do Programa de Controle de Emissões Veiculares – PROCONVE, prevê, no seu artigo 18, parágrafo 2º que: “os combustíveis necessários para atendimento ao disposto nesta Resolução deverão estar disponíveis conforme estabelecido no art. 7º, da lei n 8723, de 29 de outubro



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

03

de 1993; parágrafo 2º - Os combustíveis comerciais deverão possuir características adequadas e compatíveis com as tecnologias a serem adotadas e estarem disponíveis nas datas previstas nesta Resolução”;

**CONSIDERANDO** que as indicações dadas para o PROCONVE em setembro de 2002, são de oferta de óleo diesel de melhor qualidade, com teor de enxofre de 50 ppms até 2009;

**CONSIDERANDO** que há necessidade de se regulamentar as especificações do óleo diesel 50ppm, o que deverá ser realizado pela ANP, que possui atribuição legal para estabelecer as especificações dos combustíveis;

**CONSIDERANDO** que eventual atraso na definição das especificações dos combustíveis automotivos, sobretudo do teor de enxofre do óleo diesel, pode criar dificuldades para o cumprimento da Resolução CONAMA supra mencionada, especialmente para a mitigação dos danos à saúde pública e para a evolução tecnológica prevista para o controle das emissões de gases e partículas dos veículos à diesel;

**CONSIDERANDO** que o PROCONVE se apóia nos avanços tecnológicos em controle de emissões praticados na Europa e Estados Unidos, e que a não adequação dos combustíveis podem resultar na implementação de sistemas de controle menos eficazes;

**CONSIDERANDO** que a utilização de tecnologias automotivas adequadas, de eficácia comprovada, permite atender as necessidades de controle da poluição;

**CONSIDERANDO**, principalmente, que no Município de São Paulo existe a Portaria n 46/SVMA-G/2006, que dispõe, em seu artigo 1º que “ as empresas distribuidoras de derivados de petróleo ficam obrigadas a distribuir, a



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OM

partir do dia 01/07/2008 no Município de São Paulo, óleo diesel com teor máximo de enxofre na concentração de 50ppm (cinquenta partículas por milhão); e no seu artigo 3º que “ as empresas de transporte coletivo e de cargas que possuem abastecimento próprio no Município de São Paulo ficam obrigadas a utilizar, a partir de 01/07/2008, óleo diesel com teor máximo de enxofre na concentração de 50 ppm (cinquenta partículas por milhão)”;

**CONSIDERANDO** que competirá ao Departamento de Controle da Qualidade Ambiental, Decont, da SVMA a fiscalização do disposto na referida Portaria, aplicando-se os dispositivos da legislação ambiental vigente;

**CONSIDERANDO** as informações obtidas junto ao Laboratório de Poluição Atmosférica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por intermédio de seu Coordenador, Prof. Dr. Paulo Hilário Nascimento Saldiva, as quais evidenciam que a poluição atmosférica causa malefícios à saúde, podendo resultar até em morte de grupos mais sensíveis, como crianças e idosos, principalmente em grandes centros urbanos;

**CONSIDERANDO** que os custos dos efeitos crônicos da poluição do ar, estimados no valor dos dias de vida perdidos em função dos efeitos acima descritos, são substanciais;

**CONSIDERANDO** que São Paulo detém como cidade, a maior frota automotiva do país, e que o Estado detém cerca de 1/3 da frota nacional de veículos;

**CONSIDERANDO** que a necessidade de reduzir as emissões de compostos de enxofre no Município de São Paulo, é forma de assegurar a proteção da saúde, o bem-estar da população, bem como do meio ambiente em geral;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

05

**CONSIDERANDO**, ainda, que não se têm notícia, até o presente momento, sobre as providências adotadas pela ANP na busca de uma definição clara quanto à especificação, regulamentação e a viabilidade de disponibilização do óleo diesel comercial com teor máximo de enxofre de 50 ppm, indispensável para atender aos restritos limites de emissão que passarão a vigorar em 2009 e viabilizar a introdução de sistemas de controle de emissão de última geração (catalisadores, filtros cerâmicos, sistemas SCR para controle de Nox, etc.);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público e as agências reguladoras, assim como outros órgãos de defesa do consumidor trabalham em favor da ordem econômica alçada em normas programáticas, isto é, com diretivas que devem ser perseguidas, pois virtualmente aptas a modificarem situações e as circunstâncias econômicas, culturais, sociais;

**CONSIDERANDO**, que a Constituição Federal, em seu art. 196, consagra a saúde como direito de todos e **dever do Estado**, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

**CONSIDERANDO**, ainda, que a Constituição Federal, em seu art. 225, consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público** e à coletividade o **dever** de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

**CONSIDERANDO**, que a Constituição Federal, em seu art. 225, § 1º, inc. V, determina competir ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e emprego de substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (art. 225, § 1º, inc. V, da CF);



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal, em seu art. 170, inc. VI, estabelece que a defesa do meio ambiente, mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e seus processos de elaboração, é um dos princípios gerais da atividade econômica;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal, em seu art. 129, II, determina competir ao Ministério Público, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

**CONSIDERANDO** que a Carta Magna conceituou em seu art. 197 que “*são de relevância pública as ações e serviços de saúde*”, e que essa conceituação teve como móvel possibilitar a atuação do Ministério Público frente aos Poderes Públicos e também particulares em favor da sociedade;

Com fundamento no art. 104, inciso I, da Lei Complementar nº 734, de 26.11.1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo) e no art. 1º do Ato nº 19, do Colégio de Procuradores de Justiça, de 25.02.1994, determino a instauração do presente **INQUÉRITO CIVIL** em face da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, de todas as empresas distribuidoras de óleo diesel para esta capital e da Agência Nacional de Petróleo, para apurar devidamente os fatos e, *a posteriori*, se necessário, propor ação civil pública, determinando, desde logo, as seguintes providências:

1. Registre-se e autue-se esta Portaria, de acordo com as especificações acima mencionadas, com os documentos que a acompanha, os quais passarão a fazer parte integrante deste I.C.;
2. Oficie-se aos C.A.O. das Promotorias de Justiça da Cidadania, do Consumidor e do Meio Ambiente dando conhecimento da instauração do presente inquérito civil para fins do artigo 104, inciso VII, e



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

07

parágrafo 2º, da Lei Complementar Estadual nº. 734, de 26.11.1993, regulamentada pelo artigo 20 do Ato PGJ nº. 19/94;

3. Expedição de ofício à ANP solicitando informações sobre as providências adotadas na busca de uma definição clara quanto à especificação, regulamentação e a viabilidade de disponibilização do óleo diesel comercial com teor máximo de enxofre de 50 ppm, indispensável para atender aos restritos limites de emissão que passarão a vigorar em 2009 e viabilizar a introdução de sistemas de controle de emissão de última geração (catalisadores, filtros cerâmicos, sistemas SCR para controle de Nox, etc.);

4. Expedição de ofício à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente solicitando informações sobre quais medidas já foram adotadas pelo Município para a efetiva implementação das exigências contidas na Portaria 46/SVMA-G.

5. Expedição de ofício à Faculdade de Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, solicitando informações acerca dos efeitos dos gases poluentes originados de veículos automotores utilizadores de óleo diesel na saúde humana e os impactos econômicos nas redes de saúde pública do Município e do Estado;

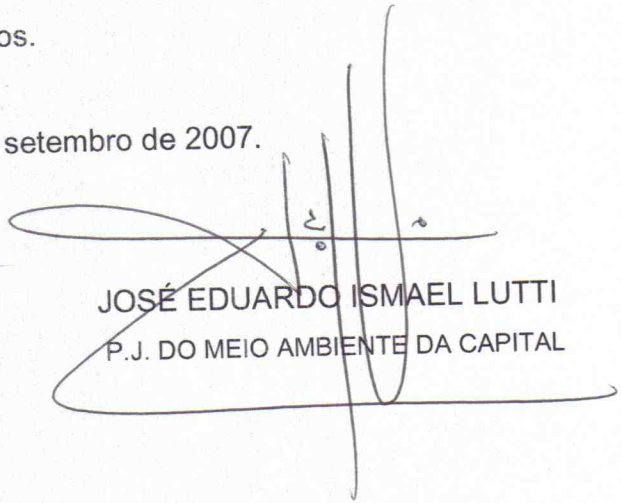
6. Expedição de ofícios às Secretarias de Saúde do Município e do Estado solicitando informações acerca das internações e tratamentos dispensados a usuários dos sistemas em razão de enfermidades decorrentes da poluição do ar, o número de pessoas atendidas nos últimos cinco anos e o custo médio dos atendimentos.

São Paulo, 11 de setembro de 2007.

  
ANNA TROTTA YARYD

P.J. DO GAESP

Grupo de Atuação Especial da Saúde Pública e da Saúde do Consumidor

  
JOSÉ EDUARDO ISMAEL LUTTI

P.J. DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL